



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ENTRE A RACIONALIDADE SUBSTANTIVA E A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: A ANÁLISE DA VISÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PERFIL DISCENTE

*Letícia de Souza Soares - UFPEL
Rogério da Silva Almeida - UFPEL*

RESUMO

Este trabalho propõe uma discussão de como ocorre a disseminação da racionalidade substantiva e instrumental no curso de administração de uma IES pública, com objetivo de investigar o impacto das visões de mundo e práticas pedagógicas pertencentes aos docentes na formação do perfil discente. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa exploratória. A razão pela escolha do curso de administração se deve pelo fato de que formará gestores que irão dirigir diversos tipos de organizações, ou seja, exercerão poder sobre outras pessoas. Será que a lógica de mercado do capitalismo contemporânea é predominante no curso? Será que a racionalidade instrumental transformou-se na base para estabelecimento das relações meio-fim a partir de cálculos utilitários de conseqüências? Para responder estas perguntas foram convidados a participar deste estudo quatro professores de áreas distintas do curso e 45 acadêmicos de diferentes níveis de aprendizado. Através da técnica de análise de conteúdo, observou-se que metade dos docentes tende para a racionalidade substantiva, enquanto o restante para a ação racional instrumental, já a análise discente demonstrou um resultado mais incisivo, visto que a racionalidade substantiva foi predominante em todos os níveis pesquisados, o que nos leva a certos questionamentos que predispõem novos estudos na área.

Palavras-chave: razão; racionalidade substantiva; racionalidade instrumental; curso de administração.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 Propósito central do trabalho

No Brasil, a criação de IES sempre esteve associada à ideia de modernização, inicialmente mantidas e controladas pelo Estado, elas atendiam as demandas pontuais de formação de mão-de-obra e foram, aos poucos, vinculadas ao ideal de levar o país à modernidade do primeiro mundo por promoverem o desenvolvimento da cultura, da ciência e da tecnologia (IANNI, 1996).

Desde então, o ensino superior brasileiro está em constante crescimento, a cada dia surgem novas IES (Instituições de Ensino Superior) em todo o país (VIEIRA, 2003; MEC/INEP, 2011; GAMA, 2012), isso ocorre, de maneira geral, devido à necessidade de qualificar o maior número de brasileiros para que se tenha um desenvolvimento progressivo no país tanto econômico quanto individual.

Dados retirados do Resumo Técnico do INEP de 2010 demonstram que “o número de instituições públicas cresceu 3,8% de 2008 para 2009, enquanto o número de instituições privadas cresceu 2,6%” (MEC/INEP, 2010, p.12) neste mesmo período.

Frente a essa realidade, paramos para refletir a respeito da qualidade da educação adquirida ao longo do curso, postura e comportamentos que estão se formando estes acadêmicos e, por consequência, futuros profissionais do mercado. Toda esta parcela de alunos que vivenciaram na graduação elementos expressivos da dinâmica do mercado globalizado, tais como: recursos, capital, resultados, agilidade, competitividade, será capaz de transformar esses elementos em valores? De manter a própria intelectualidade? Assim como discernir entre o desejável ou indesejável ou discernir entre o bem ou mal.

Diante deste contexto, devemos pensar sobre os rumos da educação no país, principalmente em cursos como o de administração, já que este curso atrai milhares de estudantes todos os anos e, de alguma forma, pode contribuir para a disseminação de certos modos de pensar e padrões de comportamento. Neste sentido, é importante refletirmos dois aspectos: qual conduta está sendo delineada (inscrita) nestes indivíduos e com quais competências, habilidades e atitudes estão se formando os futuros administradores. Visto que o curso de administração forma gestores que irão dirigir diversos tipos de organizações, ou seja, em um nível menor ou maior, exercerão poder sobre outras pessoas e grupos. Será que a lógica de mercado do capitalismo contemporânea é predominante no curso? Será que a racionalidade instrumental transformou-se na base para estabelecimento das relações meio-fim a partir de cálculos utilitários de consequências?

Conforme expõe Serva (1997), o ambiente organizacional tornou-se propício aos abusos de poder, à dominação, ao mascaramento de intenções pela substituição da verdadeira comunicação humana por padrões informativos, liberados de premissas ético-valorativas. O curso de administração está incluso neste cenário, visto que, o mundo, atualmente, é, essencialmente, empresarial e, possivelmente, todas as organizações existentes nele estão estruturadas com base



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

no modelo empresarial (RAMOS, 1989). Como os administradores são os responsáveis, ao menos teoricamente, por gerenciar as atividades destas organizações, então, passam a ser considerados como figuras-chave para a transformação da sociedade na qual atuam e do mundo onde estão inseridos (ALMEIDA; NOVO; ANDRADE, 2012).

Sendo assim, uma dúvida nos surge frente ao contexto de uma sociedade centrada no mercado, das organizações que dela fazem parte e que tão bem disseminam seus valores, e dos administradores, atores que, em teoria, tem o dever de alastrar e ampliar os seus princípios. Como a nossa atual maneira de agir se sustenta neste mundo do mercado? Quais instituições são responsáveis por esse processo? Será que os cursos de administração, por meio de suas práticas pedagógicas, seus conteúdos, seus professores, são os primeiros a infundi-la e difundi-la?

Em vista disso, pretende-se averiguar se a lógica predominante no curso de administração, representado neste estudo pelos seus dois principais atores: professores e alunos é “aquela pautada no sucesso individual desprendido de ética, apenas pautada no cálculo utilitário e no êxito econômico [...] e orientado pelas ‘leis’ do mercado” (Serva, 1997, p. 19). Para isso pautamo-nos em dois tipos de racionalidade: a substantiva e instrumental.

No sentido weberiano, a racionalidade instrumental é orientada por uma expectativa de resultados, adequando-se toda ação à consecução de metas estabelecidas, sendo assim essa racionalidade se pauta pelo cálculo utilitário de conseqüências. Em contrapartida, a substantiva é determinada independentemente de suas expectativas de sucesso e, não caracteriza nenhuma ação humana interessada na consecução de um resultado ulterior a ela. Esse tipo de razão ou de valor está presente em ações humanas legitimadas pela subjetividade da compreensão mútua de relações (RAMOS, 1989).

Dada essa divergência entre ambos os conceitos de racionalidade e seus impactos no modo de agir dentro das organizações, é que paramos para pensar que a cada semestre, novos profissionais, neste caso, novos administradores, emergem no mercado de trabalho, oriundos das universidades públicas, privadas ou à distância no nosso país. Portanto, o tipo de racionalidade que esses profissionais utilizam para orientar suas vidas e suas carreiras impactam diretamente no desenvolvimento econômico e social do país.

Dado o exposto, este trabalho tem como objetivo geral discutir como ocorre a disseminação da racionalidade substantiva e instrumental no campo acadêmico da administração de uma IES pública da cidade de Pelotas, analisando este impacto na formação dos discentes. Além disso, objetiva-se, também: descrever as práticas pedagógicas que mais representam os dois tipos de racionalidade no curso; identificar qual a racionalidade predominante na visão dos professores e dos acadêmicos do curso; e por fim, analisar as possíveis diferenças no que diz respeito à racionalidade substantiva e instrumental, na visão dos professores e acadêmicos da IES pesquisada.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Para isso, a estrutura deste trabalho conta, além desta parte introdutória, com um referencial teórico abordando a evolução do ensino superior no Brasil, razão e os tipos de racionalidade. Seguidos pelo procedimento metodológico, interpretação de dados e, por último, as considerações finais.

2 Fundamentação teórica

A educação superior no Brasil é parte integrante da história da nossa sociedade desde o princípio da formação do estado, já que a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, fugindo das forças napoleônicas, foi a razão norteadora para a criação das primeiras escolas superiores brasileiras, devido principalmente as pressões exercidas pelas elites da sociedade de forma geral (COLOSSI; COSENTINO; QUEIROZ, 2001). Com isso, no primeiro momento, foram estabelecidas as seguintes IES: Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Medicina da Bahia e Escola de Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro.

Porém, como argumenta Schlemper Júnior (1989), o país ainda não possuía o status ou o estabelecimento jurídico das universidades. Isso se deve ao fato que o país estava direcionando o ensino superior para o profissionalismo como afirma Barreyro (2008, p. 15):

Desde começos do século 19, então, o desenvolvimento do ensino superior esteve ligado à formação profissional. Esse ensino foi estruturado em estabelecimentos isolados e essas escolas isoladas persistiram durante todo o império, embora mudando de forma: academias, faculdades, etc. com tentativas de reuni-las, às quais não foram bem-sucedidas. Embora existissem discussões sobre a criação de uma universidade, nada foi concretizado.

Somente a partir da proclamação da república e da criação da constituição de 1891, que o ensino superior brasileiro começa a ser encarado de maneira diferente pelo estado e pelas unidades federativas em geral, pois houve a descentralização do ensino superior, que até então, era exclusivo do poder central, passando a ser delegado também para os governos estaduais (SAMPAIO, 2000).

É importante ressaltar, que a expansão do ensino superior tornou-se mais acelerada a partir da sanção da Lei 5.540/68 que claramente atribuía uma função a educação superior: servir como um meio ao desenvolvimento econômico. Tal refuncionalização, por sua vez, estava ligada ao discurso desenvolvimentista da época, o qual propiciou, nesse período, o surgimento de grande parte das universidades brasileiras. Com isso, as matrículas nas instituições de ensino que no ano de 1968 eram 278.295 duplicaram em 4 anos; em 1971 atingiu-se a marca de 561.397 matrículas, que voltaram a duplicar em 7 anos (de 1971 a 1977), totalizando 1.159.046 alunos matriculados no ensino superior no país. Esse fato ocorreu após reformas no ensino superior, então nesse ponto as classes médias conseguiam ter um diploma que lhes permitia ascender socialmente (SILVA; SGUISSARDI, 2001 *apud* BARREYRO, 2008).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No que diz respeito aos cursos de administração, os primeiros surgiram em 1902, ministrados por duas escolas particulares: no Rio de Janeiro, a Escola Álvares Penteado e em São Paulo, a Academia de Comércio. Nesta época, o ensino ainda não era regulamentado, o que veio a acontecer somente em 1931 com a criação do Ministério da Educação e a estruturação do ensino em todos os seus níveis. No âmbito dos estudos universitários, foi criado o Curso Superior de Administração e Finanças, cujos bacharéis eram diplomados em Ciências Econômicas, ainda que houvesse grande preocupação quanto à capacitação administrativa dos novos profissionais (NICOLINI, 2003).

Com a modificação e o progresso da formação social brasileira, a partir da Revolução de 1930, passou a ser necessária a preparação de recursos humanos (como técnicos e tecnólogos de várias especializações), assim como a adoção de métodos de trabalho mais sofisticados. Essas necessidades foram criadas pelo crescimento da economia, pelo aprimoramento da infraestrutura social e pela nova infraestrutura de transportes, energia e comunicações. Esse processo de transformação trouxe consigo a constituição de grandes conglomerados industriais e um Estado como parte fundamental no processo de desenvolvimento social e econômico (MEZZOMO KEINERT, 1996 *apud* NICOLINI, 2003).

A partir da década de 70, com o desenvolvimentismo acelerado do país e com as reformas educacionais, o ensino superior no Brasil começou a ser moldado até a sua configuração atual, tendo desde seu princípio a influência de conteúdos estrangeiros, assim, como a inclinação pela formação de indivíduos técnicos, burocratas e mecanicistas. Como bem coloca Alcadipani (2011, p. 345), referindo-se a ideologia gerencialista, própria segundo ele, dos cursos de administração:

O gerencialismo não ficou circunscrito ao mundo empresarial e corporativo tradicional. Ele e seus modelos estão invadindo inúmeras esferas de nossa vida cotidiana. Hoje se espera, e há aqueles que inclusive defendem, que hospitais, ONGs, organizações filantrópicas, religiosas e até mesmo **escolas e universidades** sigam as normas e os ditames da gestão das empresas tradicionais. Assumimos que o processo de produzir conhecimento, cuidar de pessoas e lutar por causas humanas pode seguir as mesmas regras de gestão da produção em série de latas de sardinha [grifo nosso].

Saviani (2010) também compartilha visão semelhante, lembrando que aprofunda-se, cada vez mais, a tendência de tratar a educação superior como mercadoria entregue aos cuidados de empresas de ensino que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na bolsa de valores.

A questão fundamental é, se as IES públicas e, principalmente, os cursos de administração irão absorver esta lógica de mercado preconizada por tantos autores, claramente ligada a racionalidade instrumental, ou como definiu Chauí (2003), continuará a ser uma instituição autônoma.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O surgimento dessa instrumentalização a qual os indivíduos convivem diariamente na maioria de suas relações sociais, pode-se dizer que é uma consequência da transformação da antiga sociedade numa sociedade que passa a ser centrada no mercado. Segundo Polany (1980) a antiga sociedade começa a visualizar uma nova forma de comunicação e nova maneira de lidar com as relações econômicas a partir da revolução industrial da Inglaterra, a qual segundo o mesmo autor foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários. A sociedade, de maneira geral, começa a modificar-se com tal revolução, a começar pelo credo materialista, o qual começa a acreditar que uma quantidade ilimitada de bens materiais poderia resolver todos os problemas humanos. Pensamento esse que explica a origem da sociedade voltar-se para o mercado anos mais tarde.

O surgimento da economia de mercado e do sistema auto-regulável – sistema baseado e orientado somente pelos preços de mercado-, fruto da revolução industrial, colaborou para a implantação de um novo sistema econômico, ou seja, modificou o fator gerador da motivação da ação da sociedade, antes tida na subsistência, passa a ser baseada no lucro. Devido a isso, a maioria das ações da sociedade orientada para o mercado, tem como objetivo gerar algum lucro ou obtê-lo, tão logo justificando a proposição de que a partir dessas transformações as relações sociais passam a ser reorganizadas e introduzidas como acessório no sistema econômico. Assim sendo, todas essas relações devem estar de acordo com os ditames do mercado, o qual não é mais fator adjacente da sociedade e, sim fator determinante do rumo e das ações da vida humana associada (POLANY, 1980).

Para Barros e Passos (2000), a organização originada na sociedade centrada no capital, seja ela economicamente produtiva ou de qualquer natureza social, foi um dos maiores instrumentos criado pelo homem, isso se deve pelo fato de se fazer presente no dia a dia da sociedade, praticamente em todas as atividades ou relações sociais.

2.1 Razão e Tipos de Racionalidade

A necessidade de encontrar explicações pertinentes sobre os fenômenos naturais foi um dos motivos da origem e formação do pensamento filosófico. Uma vez que, o homem se utilizava de mitos, tidos como sagrados, para tentar esclarecer dúvidas que permeavam os primórdios da sociedade. Naquela época, os indivíduos não questionavam nem refletiam sobre a veracidade desses esclarecimentos, apenas os consentiam, pode-se dizer que não havia nenhuma leitura racional até este momento. As dúvidas sobre a validade dessas explicações e teorias, trazidas pela filosofia clássica, marcam a ruptura entre o mito e a razão.

Para Ramos (1989), a distinção entre o conhecimento falso e verdadeiro (pensamento que perdurou até meados do Séc. XVII) desencadeou na estruturação da razão no sentido antigo: a distinção entre o bem e o mal e a separação desses conhecimentos.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Após esse período, a razão começa a ter outra visão a partir das idéias do filósofo Thomas Hobbes, que “pretendeu despojar a razão de qualquer papel normativo do domínio da construção teórica e da vida humana associada” e a definiu “como uma capacidade que o indivíduo adquire pelo esforço” (RAMOS, 1989, p. 3). Hobbes, juntamente com Locke e Rousseau, fizeram parte da corrente fisiocrata – segmento da filosofia da ilustração, ou Iluminismo – que, ao explorar a compreensão das bases econômicas da vida social e política, fez surgir à reflexão sobre origem e a forma das riquezas das nações (CHAUÍ, 1995).

Adverso a antropologia francesa do séc. XIX, Weber defende que o homem não adquiriu sua racionalidade somente com o Iluminismo, pois na visão dele os indivíduos em todas as épocas anteriores já eram capazes de uma ação racional. Podendo citar as ações cotidianas do homem primitivo, as quais ele já as considera sendo subjetivamente meio-fim racional, como, por exemplo, específicos rituais religiosos realizados com o intuito de receber favores de um deus (KALBERG, 1980). Essa relação de troca, tal como existia no sacrifício e oração, na visão weberiana pode-se dizer como idêntica à forma como se dá o cálculo do empresário moderno dos meios mais eficientes para a aquisição de lucro.

Quanto aos tipos de racionalidade, eles têm origem na noção de ação social de Weber, o qual define sendo quatro as racionalidades: prática, teórica, substantiva e formal. A racionalidade prática vê e julga o mundo em relação aos interesses puramente pragmáticos e egoístas do indivíduo e considera a realidade como dada, ou seja, refere-se à capacidade humana para o cálculo meios-fins que apenas lida com as dificuldades apresentadas e elege a melhor alternativa.

A racionalidade teórica envolve a conquista consciente da realidade através de uma significação simbólica ou conceituação abstrata, buscando estabelecer inter-relações e, assim, construir explicações holísticas compreensíveis.

A racionalidade substantiva (subjetiva) é uma manifestação da capacidade humana da ação racional em relação a valores e ordena essa ação em relação a um “*histórico de valor*” (passado, presente ou potencial).

E, por último, a racionalidade formal (instrumental) diferentes das demais, é própria da industrialização, quando as esferas da vida e a estrutura de dominação às quais está associada adquiriram formas específicas (esferas: econômica, legal, científica e dominação burocrática). Como a proposta deste trabalho é em relação às racionalidades substantiva e instrumental, serão expostas a seguir teorias específicas sobre essas.

Para Weber (1946 *apud* KALBERG, 1980) a racionalidade substantiva tem as ações diretamente embasadas em padrões – padrões estes não ligados a um cálculo meio-fim de soluções para problemas de rotina, mas em relação a um passado, presente ou potencial, chamado pelo autor de “valor postulado”. Esse não seria somente um único valor, como a avaliação positiva da riqueza ou do dever cumprido, mas sim um valor que abrange grupos inteiros de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

valores que variam de abrangência, consistência interna e conteúdo. Sendo assim, essa racionalidade existe como uma manifestação da capacidade inerente do homem para o valor da ação racional (KALBERG, 1980).

O autor weberiano, ainda complementa que a racionalidade subjetiva ainda é considerada como sendo um "cânon válido", isto é, um "padrão" único a partir do qual o fluxo de realidade e os eventos empíricos podem ser selecionados, medidos e avaliados (WEBER, 1946 *apud* KALBERG, 1980). O valor postulado, neste caso, poderá ser a ação, a qual é gerada através de padrões pré-estabelecidos ou solicitada pelos estilos de vida. Sendo assim, as organizações, entidades culturais, civilizações, pequenos grupos, instituições em geral, são em cada época, ordenados em termos de valores postulados. É importante ressaltar que esses valores podem ou não ser reconhecidos pelos seus participantes, bem como poderão ser considerados como não válidos no ponto de vista de um pesquisador social não incluso naquela sociedade.

A noção weberiana de substantividade salienta uma infinidade de possíveis valores postulados, isso se deve a uma característica crucial, chamada pelo autor de perspectivismo radical. Para ele, a racionalidade substantiva e os processos de racionalização baseiam-se nas referências de um ponto de vista final, ou direções (WEBER, 1930 *apud* KALBERG, 1980). Isto é, cada ponto de vista implica em uma determinada configuração de identificação de valores, os quais originam a direção do processo de racionalização a seguir. Desta maneira, nenhuma disposição absoluta de valores racionais existe como um conjunto de padrões perenes para o racional e para os processos de racionalização (KALBERG, 1980).

Ramos (1989) possui uma abordagem ampla a respeito dessa racionalidade, onde a ética é o fator preponderante na análise da vida social. Através dela, os indivíduos poderiam direcionar suas vidas para a auto-realização, o alcance da satisfação social, considerando que outros indivíduos também têm direito de alcançá-la. O autor afirma que a racionalidade substantiva sustenta o lugar da razão que na visão dele é a psique humana, a qual deve ser a referência para o ordenamento da vida social.

Para Serva (1997, p. 22) “a racionalidade substantiva é um tipo de ação orientada para a auto-realização, a qual possibilita o alcance da satisfação social e é fundamentada no debate racional e no julgamento ético”. Os elementos que compõem a ação substantiva são apresentados pelo mesmo autor: auto-realização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia.

De acordo com Almeida e Leitão (2003), essa racionalidade fundamenta-se em valores e princípios éticos, associados à busca do bem-comum e a uma avaliação crítica da realidade. Assim, uma forma de pensar substantiva caracteriza-se por aspectos na tomada de decisão que podem ser conseguidos pela auto-realização com responsabilidade sócio-ambiental e liberdade de ação e expressão.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Por outra via, a racionalidade formal relaciona-se geralmente com as esferas da vida e com uma estruturação de dominação que adquiriu fronteiras específicas e concisas apenas com a industrialização, mais significativamente, a econômica, jurídica, científica e a burocrática forma de dominação. Assim, essa racionalidade, na visão weberiana, legitima o cálculo racional de meio-fim semelhante a regras universalmente aplicadas, leis ou regulamentos (KALBERG, 1980).

Weber (1968 *apud* KALBERG, 1980) refere-se à dominação burocrática, como formalmente racional uma vez que predomina nela a ação orientada para analisar intelectualmente as regras e estatutos, bem como a escolha dos meios mais adequados para a contínua adesão a eles. De modo geral, a dominação burocrática é tida como racional porque se destina a fazer, incessantemente, o cálculo dos meios mais precisos e eficientes para a resolução de problemas, ordenando-os sob regulamentos universais e abstratos. Weber ainda atribui algumas vantagens técnicas à administração burocrática, como precisão, clareza, constância, rapidez, redução de custos, dentre outras, como forma de demonstrar a dimensão racional, sob o ponto de vista instrumental, que teria esse tipo de gestão.

Para Barros e Santos (2010), a racionalidade instrumental é definida como aquela que visa o sucesso individual, desligada da ética, regulada pelo cálculo utilitário e pelo desempenho econômico. Ramos (1989), afirma que a racionalidade instrumental prevalece na sociedade atual, em vista de sua orientação mercadológica, onde os seres humanos, induzidos pela comunicação e pela publicidade, têm sua capacidade de discernimento comprometida ou induzida de acordo com a vontade do mercado, corroborando com a teoria de Polany (1980) supracitada a respeito da economia de mercado.

Serva (1997) discorre a respeito das organizações produtivas, nas quais a racionalidade instrumental prevalece como lógica subjacente às ações, determinando o padrão do sucesso a ser atingido, o qual é orientado pelas leis de mercado e egocêntrico por natureza. Este autor, assim como fez com a racionalidade substantiva, também delimitou os elementos que constituem a ação instrumental, definindo, assim, o cálculo, os fins, êxito/resultados, desempenho, utilidade, rentabilidade e estratégia interpessoal como fatores expressivos de uma racionalidade formal.

Essa racionalidade dominante na sociedade centrada no mercado tem prevalecido também na teoria organizacional, a qual é ingênua e exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada e transforma-se num meio de legitimação do controle institucionalizado sobre o mundo natural e a conduta humana (RAMOS, 1989). Essa visão é compartilhada também por Motta (2003, p. 370) ao afirmar que:

Quer me parecer que a racionalidade a que geralmente se refere quando se fala de administração é apenas um tipo de racionalidade, a saber, a racionalidade instrumental, aquela vinculada à adequação mais eficiente entre meios e fins. Isso significa que geralmente se deixa de lado a racionalidade com relação a valores, isto é, os modos de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

pensar que orientam ações ligadas ao que se percebe como desejável, adequado e inadequado, justo e injusto, e assim por diante. Ocorre também que a própria ação afetiva entre seres humanos não se baseia numa irracionalidade, mas num determinado modo de pensar. Entretanto, não é dessas últimas formas que vive a administração.

Em síntese, o autor afirma que as atitudes dos indivíduos não se baseiam numa ausência de racionalidade e sim num modo de pensar, modo esse que desconsidera a questão dos valores, do desejável e do justo – características intrínsecas de uma racionalidade oposta da instrumental.

O movimento da transmutação da racionalidade substantiva – um atributo natural do ser humano que se manifesta pela utilização do senso ético e através do qual as pessoas pautavam suas ações-, para a racionalidade instrumental na qual prevalece pela busca do sucesso individual, desprezado do julgamento ético e norteada pelo comportamento das pessoas através das leis de mercado, traz como resultado à sociedade contemporânea o fato de que o indivíduo se tornou “uma criatura que se comporta” (RAMOS, 1989, p.51), pois, na perspectiva da razão como produto social, a capacidade individual do julgamento ético foi transferida para comportamentos socialmente desejados.

3 Metodologia

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois considera a existência de uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (SILVA; MENEZES, 2001). Quanto ao objetivo, considera-se como exploratória, por visar um maior entendimento sobre um problema, tornando-o mais explícito ou permitindo a construção de hipóteses sobre ele. (GIL, 2010). Do ponto de vista dos procedimentos técnicos adotados, classifica-se como estudo de caso, pois envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010).

A população do estudo, a qual foi escolhida por conveniência, compreendeu o curso de administração de uma IES pública da cidade de Pelotas e, a amostra contou com a participação de quatro docentes – dois professores de áreas mercadológicas como finanças e marketing, e dois de áreas ligadas a Teoria Organizacional, tais como recursos humanos e sociologia- e, também participaram do estudo 45 discentes matriculados em diferentes níveis de aprendizado (ingressantes, intermediários e egressos). Primeiramente, foram entrevistados os professores através de uma entrevista semi-estruturada (TRIVIÑOS, 1987), a qual continha 22 questões que abordavam temas como ética, responsabilidade social, disciplinas, objetivo do curso, entre outros. Após, aplicou-se aos alunos um questionário aberto não-estruturado (KOTLER; ARMSTRONG, 2008), o qual apresentava uma história fictícia, denominado como *case* Ana Paula, neste os acadêmicos deveriam decidir, como gerente de produção e chefe de Ana Paula, o rumo da situação empregatícia dela, a qual estava passando por um problema de doença familiar com o filho menor e, há tempos estava faltando o serviço continuamente. Ela que há oito trabalhava na



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

empresa, agora estaria passando por dificuldade e necessitando da ajuda do chefe para auxiliá-la neste momento.

Para o tratamento dos dados tanto das entrevistas quanto dos questionários foi aplicada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979).

4 Resultados, conclusões e suas implicações

Neste tópico, será feita a análise dos dados coletados, tendo como base a fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos estabelecidos anteriormente. Serão analisadas primeiramente, a racionalidade substantiva e instrumental sob o ponto de vista das práticas pedagógicas e visões de mundo dos professores. Após, procurar-se-á identificar qual a racionalidade que melhor representa a visão dos acadêmicos. Por fim, procederemos com a análise das possíveis diferenças no que diz respeito as duas racionalidades na visão dos professores e acadêmicos do curso de administração.

4.1 Racionalidade substantiva e instrumental sob o ponto de vista dos docentes

Ao expor as análises das entrevistas, optou-se por apresentar a caracterização dos entrevistados (Figura 1), a qual se fez necessária para uma melhor visualização do perfil de cada docente participante do estudo, os quais foram denominados como E1, E2, E3 e E4, com intuito de preservar a identidade dos mesmos.

| Entrevistados | Sexo | Grau de Escolaridade | Tempo de atuação no Ensino superior | Áreas de atuação e linhas de pesquisa |
|---------------|-----------|----------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
| E1 | Masculino | Doutorado em Administração | 26 | Mercadológica |
| E2 | Masculino | Doutorado em Administração | 6 | Teoria Organizacional |
| E3 | Masculino | Mestrado em Contabilidade | 11 | Financeira |
| E4 | Feminino | Mestrado em Administração | 9 | Teoria Organizacional |

Figura 1. Perfil dos Entrevistados

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

O primeiro objetivo a ser analisado diz respeito às práticas pedagógicas, as quais foram abordadas nas entrevistas através de questões que questionavam sobre de responsabilidade social empresarial, ética, habilidades e competências, lógica de mercado e, nível de prioridade e importância das disciplinas.

A começar pela responsabilidade social empresarial, o E1 a define como sendo a preocupação da empresa em manter os sistemas, ou seja, manter de certa forma estável aquilo que ele considera como ecologia socioambiental. Em contrapartida, o E2, E3 e E4 a visualizam como uma ferramenta mercadológica utilizada pela mídia e/ou pelo marketing empresarial para conseguir uma maior captação de clientes, uma estratégia para o preenchimento de determinados indicadores para o alcance de requisitos que possam dar o título de empresa socialmente



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

responsável. Sendo assim, nota-se que o E1 possui uma percepção substantiva deste tema, uma vez que vê na responsabilidade social uma preocupação com o bem estar da sociedade. Ao contrário dos demais que julgam a responsabilidade social empresarial como meio para obter lucro e êxito nos resultados, características essas predominantes de uma racionalidade instrumental (SERVA, 1997).

A respeito da ética, foi questionado se em algum momento de suas disciplinas existe a menção sobre ética no mundo empresarial, havendo divergências em todas as respostas. O E1 revelou que menciona a ética nos negócios durante as disciplinas, apontando os excessos que podem ocorrer no momento em que se utiliza o conhecimento para fins outros que não sejam os específicos para atender o cliente; o E2 considera não haver empresa ética, uma vez que ser ético ou não é uma característica exclusiva dos seres humanos e, afirma, de certo modo, que as organizações utilizam do destaque empresa ética para se beneficiar de alguma maneira. O E3 disse não mencionar em momento algum a ética em suas disciplinas, enquanto o E4 diz abordar ética juntamente com responsabilidade social, no fato de estar ou não incluída na cultura organizacional, como forma de controlar ou não os colaboradores da organização. Com isso percebe-se que o E1, E2 e o E4 levantam a possibilidade do uso da ética empresarial transformar-se em uma instrumentalidade no mundo dos negócios, ratificando a idéia de Ramos (1989) que a racionalidade instrumental prevalece na sociedade atual, em vista de sua orientação mercadológica.

No que se refere às habilidades conceituais, humanas e técnicas do acadêmico foi indagou-se qual eles consideram mais importante para um administrador, o E1 acredita que a habilidade mais importante seja a conceitual, já o E2 considera a humana como primordial. O E3 disse que a habilidade técnica é fundamental para suprir algumas necessidades do homem, enquanto o E4 revelou considerar a técnica menos importante e, por assim, elencando a humana como principal, seguida da conceitual. Pode-se dizer então que apenas o E3 teve uma resposta direcionada para uma racionalidade instrumental, já que se baseou numa exigência do mercado para responder tal questão.

Quanto à lógica de mercado, foi questionado aos entrevistados se eles utilizam textos que a critiquem ou que a fundamentavam, o E1 e o E3 afirmaram que fundamentam tais teorias, com a justificativa de que o administrador deverá sobreviver num curto prazo de tempo, e tampouco não podem fazer do aluno um inocente em meio ao mundo corporativo e difícil de trabalhar como o de hoje. Em contrapartida, o E2 e o E4 disseram que ora trabalham criticando a lógica de mercado, ora trabalham ratificando-a.

Questionados sobre a inclusão e exclusão de disciplinas no curso de administração, foram mencionadas por E1, E2 e E4 a necessidade da implantação de matérias que estimulem o pensamento reflexivo dos acadêmicos, como filosofia, análise organizacional, as quais viriam a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ter um conteúdo crítico das teorias administrativas. Demonstrando o ensejo desses professores em haver cadeiras que discutam o julgamento ético, o pensamento crítico, o entendimento pessoal, fatores classificados por Serva (1997) como substantivos. Já o E3 relatou a necessidade de disciplinas mais básicas como português, matemática e inglês, para que através dessas, se possam ter alunos mais preparados para lidar com o pensamento lógico e, inteligentes para tratar com as áreas quantitativas.

Quanto as disciplinas que poderiam ser eliminadas, o E1 afirmou não haver nenhuma disciplina que pudesse ser excluída do curso, enquanto o E4 absteve-se de fazer qualquer julgamento a respeito de eliminação de alguma disciplina, pois acredita ser a administração uma compilação de diversas ciências. O E3 disse que o curso deve decidir-se em formar profissionais ou formar professores, pois se prevalecer a formação de profissionais, deve-se excluir três ou quatro disciplinas, as quais na visão dele são meros formalismos, para a colocação de um maior número de cadeiras sobre contabilidade, marketing, produção e recursos humanos. O E2 afirmou que qualquer cadeira que aborde a administração como somente administração de empresas, deve ser excluída, concordando com assim, com a indignação de Motta (2003) frente à forma pela qual essa ciência está sendo vista e propagada há algum tempo.

O segundo objetivo deste estudo é analisar a visão dos professores em relação aos dois tipos de racionalidade pesquisados, para isso, foram escolhidos os questionamentos que abordaram sobre a percepção do curso de administração, os objetivos e importância do mesmo, qual o papel do administrador, como os entrevistados concebem o acadêmico, e por fim, qual a importância dos docentes na formação do perfil acadêmico dos alunos.

Primeiramente, questiona-se sobre a percepção que os entrevistados possuem sobre o ensino da administração, o E1 afirma que os docentes enquanto administradores devem treinar os alunos para suprir as necessidades de outras pessoas; acrescentando que é fundamental para um administrador servir as organizações, uma vez que elas têm o papel de transformar aquela sociedade. O segundo entrevistado compara o ensino da administração semelhante a uma “fábrica”, demonstrando assim a crítica quanto ao modo que a ciência da administração está sendo lecionada. Diferentemente, o E3 ressalta a importância da visão sistêmica no curso, o qual diz ser necessário que o acadêmico saiba desde o principio qual a importância de determinadas disciplinas no futuro como administrador; e o E4 considera a administração uma compilação de ciências e, acha necessário que o enfoque do curso seja em todas as habilidades tanto na técnica, quanto na humana e conceitual.

Podemos, então, interpretar que o E1 e E3 voltam-se para a racionalidade instrumental, já que o E1 diz claramente que é necessário treinamento, enquanto o E3 preocupa-se com a efetividade que as disciplinas terão no futuro profissional dos acadêmicos, corroborando assim, a idéia de Kalberg (1980) ao afirmar que a racionalidade formal legitima o cálculo meio-fim das



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ações dos indivíduos. E a substantividade é percebida nas respostas do E2 e E4, pois ambos tentam repassar a ideia da administração como ciência, não apenas como um curso de graduação.

A segunda questão analisada diz respeito aos objetivos deste curso e qual a importância do mesmo, ressaltando que todas estas respostas tiveram um direcionamento instrumental, a iniciar pelo E1 o qual afirma ser o objetivo do curso é a formação de líderes; o E2 diz que é atender uma demanda de mercado e reproduzir um ideal ou ideário; o E3 falou que objetiva a formação de profissionais que irão exercer cargos administrativos dentro das organizações e, por fim, o E4 visualiza o curso com o único propósito de capacitar os acadêmicos para o mercado de trabalho. Assim, todas as respostas ratificam a ideia de Ramos (1989), ao proclamar que o mundo, atualmente, é, essencialmente, empresarial e, possivelmente, todas as organizações existentes nele estão estruturadas com base no modelo empresarial.

Na questão sobre o que consideram ser um administrador, o E1 afirma ser aquela pessoa que consegue persuadir através da competência técnica ou pela liderança inata, enquanto o E3 diz ser aquele capaz de gerenciar conflitos, interesses, pessoas e metas. Em contraponto, os entrevistados E2 e E4 responderam que administrar ultrapassa o ato de liderar, controlar e persuadir, afirmando assim que o administrador é aquela pessoa capaz de considerar um grande número de variáveis ao tomar uma decisão. Demonstraram assim, uma visão subjetiva, pois vêem o administrador além da lógica do mercado e das limitações deste meio.

O fato de conceber o aluno como um cliente vêm gerando algumas discussões dentro do campo da administração, por isso, utilizou-se tal questão na entrevista, a qual causou desconforto ao E4 que afirmou jamais admitir o aluno como cliente pelo fato de se tratar de uma IES pública, a qual tem o dever de servir a sociedade numa relação de troca e compartilhamento de conhecimentos, não de produtos. Do mesmo modo, o E2 falou que a partir do momento que o aluno for o produto a IES tornar-se-á uma empresa, fato este impossível de acontecer na visão dele, uma vez que não há possibilidade de mensurar ou quantificar o conhecimento dos docentes. Ambos dotados de uma racionalidade substantiva por considerarem a educação e o conhecimento como valores postulados (Weber, 1968 *apud* KALBERG, 1980).

Ao contrário do que considera o E1, o qual revelou conceber o aluno um cliente “sem dúvida nenhuma”, justificando que a docência não se justificaria caso o professor não tivesse essa visão. Compartilhando essa ideia, o E3 diz que a universidade sem alunos não tem porque existir, por isso o fato de concebê-lo cliente. Percebe-se, então, que estes docentes a partir da visão do aluno/cliente convergem para a instrumentalidade, pois remetem a educação e o aprendizado a um processo de pedido, elaboração e venda, semelhante ao que discursa Alcadipani (2011) a respeito do gerencialismo nos cursos de administração.

Uma das questões centrais deste estudo trata-se a respeito da importância atribuída à influência dos docentes na formação do perfil discente. Ao responder, o E1 revela considerar esta



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

influencia muito importante, pois o docente não ético por mais que discursar sobre o assunto, “ele jamais transmitirá realmente tais conceitos”. Semelhante a ele, o E3 ressalta que mais importante que a formação do docente é o exemplo transmitido aos acadêmicos, através da postura, do respeito mútuo e do comportamento. Do mesmo modo, o E2 também considera relevante a influência e, mais, alerta para o cuidado que o docente deve ter ao proferir as palavras e o conhecimento aos alunos, pois para muitos deles, este aprendizado é internalizado e mantido como verdade. Por último, o E4 afirma ser decisivo o papel dos docentes na vida do acadêmico, pois já observou que, muitas vezes, os egressos saem com uma visão de mundo do professor e não com uma visão de mundo própria.

Dado o exposto, pode-se averiguar que nesta questão houve semelhanças quanto a visão de mundo dos entrevistados, quando citaram postura ética, exemplo, respeito, todos esses fatores classificados como substantivos por Serva (1997).

4.2 Racionalidade substantiva e instrumental sob o ponto de vista dos acadêmicos

Neste tópico serão analisados os questionários respondidos pelos acadêmicos convidados a participar deste estudo, são eles os ingressantes, intermediários e egressos do curso de administração da IES pesquisada. A seguir serão expostos (Figura 2) alguns trechos das respostas obtidas pelos alunos, as quais foram divididas em três predominâncias de racionalidade, a saber: racionalidade substantiva – enquadra-se nas respostas que abordam o bem comum coletivo, a honestidade, respeito, franqueza, integridade-; racionalidade instrumental – compreende as respostas que julgam indispensáveis o desempenho, resultado, êxito, (SERVA, 1997); e racionalidade substantiva/instrumental – classificam-se as respostas as quais ora citam elementos expressivos da substantividade, ora citam elementos instrumentais.

As respostas direcionadas e classificadas com uma predominância substantiva foram aquelas que tinham como decisão a ser tomada: a inclusão de uma funcionária ou estagiária para substituir e/ou auxiliar Ana Paula nas tarefas; adiantamento das férias ou concessão de um período longo de folga; troca do horário de trabalho ou liberação de um turno inteiro; repasse de algumas funções a outro funcionário; criação de uma creche na organização; oferecer plano de saúde a ela e ao filho; auxiliar financeiramente Ana Paula com alguns cuidados médicos mais sofisticados ou com a contratação de uma babá particular e competente.

Diversos acadêmicos discursaram que não se deve desprezar o tempo de serviço da funcionária em questão, assim como deixaram claro que procurariam outras formas de ajudá-la, caso a primeira não fosse satisfatória. O diálogo, a compreensão da realidade da situação, a motivação, todos esses fatores citados pelos alunos como importantes no momento da decisão vêm ao encontro de Almeida e Leitão (2003) ao afirmarem que essa racionalidade, fundamenta-se em valores e princípios éticos, associados à busca do bem-comum e a uma avaliação crítica da realidade.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Além disso, alguns acadêmicos evidenciaram a sua indignação quanto ao pensamento de algumas organizações a respeito dos trabalhadores, como podemos averiguar no trecho a seguir: “[...] os funcionários não são máquinas ao dispor da empresa, são seres humanos, com necessidades, dificuldades e sentimentos, e isto não deve ser ignorado” (Acadêmico do 5º semestre).

Por outro lado, as decisões enquadradas dentro de uma perspectiva instrumental, observa-se a predominância de soluções mais práticas e desprovidas de empatia, como vista por este acadêmico do 5º semestre: “Eu a convidaria a se retirar da empresa, pois já havia conversado com ela sobre o assunto e, ainda assim, persistiu. Não posso colocar em risco o meu trabalho em favor de uma outra pessoa”. Nesta fala, nota-se total despreendimento do julgamento ético, uma vez que a capacidade individual da funcionária está sendo avaliada de acordo com os comportamentos socialmente desejáveis (RAMOS, 1989), os quais seriam, neste caso, abrir mão dos cuidados do filho para obedecer às exigências da organização.

Já, os demais indivíduos que optaram por uma decisão voltada para a instrumentalidade, disseram que de certa forma entendem o problema da funcionária, mas afirmaram que os interesses da empresa não podem ser afetados por problemas pessoais, e mencionaram que o mercado não pergunta se a pessoa está bem ou não, a questão é estar apto ou não.

Por fim, foram admitidas como pertencentes a uma racionalidade substantiva/instrumental, aquelas soluções que em parte tentam auxiliar no problema da personagem Ana Paula, porém desistem quando vem não ser possível fazer algo a mais. Como

| ALUNOS | ABORDAGEM SUBSTANTIVA | ABORDAGEM SUBSTANTIVA/INSTRUMENTAL | ABORDAGEM INSTRUMENTAL |
|------------------------------|--|--|--|
| Ingressantes (1º semestre) | “[...] tentaria em comum acordo com meu chefe direto buscar uma maneira de ajudá-la, visto que neste período ela sempre ajudou a empresa e, não seria justo em um momento de dificuldade dela, a empresa não fazer o mesmo com ela”. | “Acredito, que o mais certo a ser feito é substituir a funcionária, tendo em vista a corporação, mas também se fosse possível, seria algo bom ter alguém que pudesse auxiliar a secretária [...]”. | “[...] lhe daria uma semana para que encontrasse alguém ou algum lugar para deixar seu filho. É extremamente necessário que os funcionários consigam separar seus problemas pessoais do trabalho”. |
| Intermediários (5º semestre) | “Qualquer outro funcionário poderia vir a passar pela mesma situação, então, não seria adequado demiti-la de imediato”. | “Tendo em vista que o problema é temporário, procuraria colocá-la em outra função, caso não fosse resolvido, teria que demiti-la”. | “[...] ela entrou no cargo por sua competência, se não tem mais estas habilidades deverá ser substituída por alguém melhor [...]” |
| Egressos (9º semestre) | “Acredito que independente se o funcionário tem bom rendimento ou não, em um caso como este merece a atenção e a compreensão da empresa”. | “Analisaria a possibilidade de horários mais flexíveis, caso não fosse viável e o problema persistisse, ocorreria à demissão”. | - |



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

por exemplo, diversos alunos disseram que dariam um tempo, seja férias ou folga para a funcionária resolver o problema, mas caso não fosse solucionado, a demissão seria a única saída.

Figura 2. Exemplo de trechos das respostas dos alunos

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Para finalizar este tópico, optou-se por demonstrar a seguir (Tabela 1), o número e a porcentagem de acadêmicos, divididos por nível de aprendizado, que se direcionaram a cada uma das abordagens.

Tabela 1

Percentual de respondentes por categoria de análise

| Alunos | Abordagem Substantiva | | Abordagem Subst. / Inst. | | Abordagem Instrumental | |
|----------------|-----------------------|----|--------------------------|----|------------------------|----|
| | Nº Resp | % | Nº Resp | % | Nº Resp | % |
| | Ingressantes | 8 | 53 | 5 | 33 | 2 |
| Intermediários | 9 | 60 | 3 | 20 | 3 | 20 |
| Egressos | 9 | 60 | 6 | 40 | 0 | 0 |

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Percebe-se que a racionalidade substantiva é predominante nos três grupos pesquisados visto os percentuais apresentados, em segundo lugar encontram-se a racionalidade substantiva/instrumental, por fim desvenda-se que a racionalidade instrumental é a menos incidente entre os acadêmicos do curso.

4.3 Possíveis diferenças entre as racionalidades

A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1979) das entrevistas realizadas, é possível notar uma sutil tendência dos entrevistados E1 e E3 para a racionalidade instrumental, tanto em suas práticas pedagógicas quanto na sua visão de mundo. Em contrapartida, também é possível inferir a predisposição dos entrevistados E2 e E4 a adotarem a racionalidade substantiva como norteadora de suas ações pedagógicas.

Em relação aos alunos, a partir da categorização temática dos dados obtidos através das respostas dos questionários, verificou-se que o resultado foi mais incisivo, visto que a racionalidade substantiva mostrou-se mais incidente em todos os grupos analisados.

Sendo assim, através das entrevistas aplicadas aos professores, foi possível observar que metade deles tende para a racionalidade substantiva, enquanto o restante direciona-se para uma



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ação racional instrumental. Havendo assim, uma divisão igualitária de visões de mundo entre os professores respondentes.

No que diz respeito a racionalidade que melhor representa a visão dos acadêmicos do curso, identificou-se através dos questionários aplicados que 57,8% deles identificam-se com a racionalidade substantiva, enquanto os outros 42,2% dos respondentes dividem-se entre racionalidade substantiva/instrumental e racionalidade instrumental.

Como limitação deste estudo, pode-se citar o fato de que o *case* apresentado aos acadêmicos foi experimental, visto que não se achou base na literatura pertinente ao assunto sobre nenhum outro estudo deste tipo. Pretende-se no futuro aperfeiçoá-lo, por exemplo, criando possíveis situações de resposta, as quais os alunos teriam que optar, categorizando assim as respostas, deflagrando-se assim melhor por qual tipo de racionalidade eles optariam.

Por fim, pode-se dizer que de acordo com o resultado obtido pelos acadêmicos, há uma hipótese da nova geração de administradores buscarem desenvolver ou resgatar, através das práticas administrativas, uma sociedade voltada para a racionalidade substantiva, na qual a qualidade de vida e os valores humanos serão primordiais em todos os níveis de relacionamentos.

5 Referências bibliográficas

ALCADIPANI, R. A Academia e a Fábrica de Sardinhas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, p. 345-348, 2011

ALMEIDA, Marcelo Afonso. LEITÃO, Sérgio Proença. Empresas de Economia de Comunhão e Razão Substantiva. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n.6, p. 1145-1170, nov.-dez., 2003.

ALMEIDA, Rogério da Silva; NOVO, Luciana Florentino; ANDRADE; Camila Osório. Expansão, mercantilização e educação bancária no ensino superior brasileiro. In: XII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 2012, Veracruz/México. **Anais**. Florianópolis: INPEAU, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARREYRO, Gladys. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARROS, M. A.; SANTOS T. C. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva? **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, p. 11-18, out. 2010.

BARROS, Manoel Joaquim Fernandes de; PASSOS, Elizete Silva. Remando Contra a Maré: Racionalidade instrumental no Curso de Administração de Empresas. **Revista O&S**, Bahia, v.7, n.19, set.-dez., 2000

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____, A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- COLOSSI, Nelson; COSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Ety Guerra. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, Curitiba, v.4, n.1, p.49-58, jan.-abr., 2001.
- GAMA, Zacarias. Expansão é realidade, mas é preciso debater qualidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 set. 2012.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IANNI, O. **A Idéia de Brasil Moderno**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- KALBERG, Stephen. Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of Rationalization Processes in History. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.85, n. 5, 1980.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2008.
- MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2010.
- MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011.
- MOTTA, F. P. Administração e participação: reflexões para a educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.2, p. 369-373, jul./dez. 2003.
- NICOLINI, Alexandre Mendes. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, p. 44-54, 2003.
- POLANY, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.
- RAMOS, Guerreiro. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Goiás, v.8, n. 2, p.4-17, ago./dez. 2010.
- SCHLEMPER JUNIOR, Bruno Rodolfo. Importância da universidade brasileira. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 11, n. 22, 1989.
- SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.37, n.2, p. 18-30, abr.-jun, 1997.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.; **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. (rev. Atual). Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIEIRA, Luiz Renato. A expansão do ensino superior no Brasil: abordagem preliminar das políticas públicas e perspectivas para o ensino de graduação. **Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v. 8, n. 2, jun. 2003